

RELATÓRIO MENSAL DO CONTROLE INTERNO DE JUNHO DE 2024

I – INTRODUÇÃO

Nos termos do art. 74 da Constituição Federal, art. 59 da Lei Complementar nº 101, arts. 63 a 66 da Lei Complementar nº 102 de 17/01/2008 combinados com os artigos 78 a 80 da Lei Federal nº 4.320/64, Lei Municipal nº 1.477/13, e Resolução nº 227 de 05 de agosto de 2011, do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, a Unidade Central de Controle Interno apresenta relatório sobre as atividades desempenhadas no mês de **JUNHO DE 2024**.

Em linhas gerais, nossa responsabilidade é verificar:

1. A legalidade dos atos de gestão orçamentária, fiscal e patrimonial, com verificação quanto à arrecadação da receita e realização da despesa;
2. O cumprimento do programa de trabalho do orçamento;
3. Observância das normas estabelecidas pela LC nº 101/2000;
4. Detalhamento da composição das despesas pagas;
5. Outras informações necessárias.

Assim, esse Serviço de Controle atuou de forma preventiva através da emissão de análises, diagnósticos, orientações e recomendações. A seguir, estão descritas as principais ações desenvolvidas nas respectivas gestões administrativas:

- Orçamentária;
- De Pessoal;
- De Compras e Almoxarifado;
- Patrimônio;
- Contratos;
- Contabilidade e Tesouraria;
- Diversos.

II – GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

A Programação Financeira e o Cronograma de Desembolso mensal são realizados através de autorizações de pagamento e relatório de Contas a pagar.

O repasse financeiro para Câmara Municipal foi realizado conforme determina o art. 29-A da Constituição Federal.

- Valor repassado: **RS 250.620,26**

O saldo financeiro, conciliação bancária e execução orçamentária, financeira e patrimonial foram checadas com Balancete de Verificação do Razão:

Saldo Anterior	Receita Duodécimo	Receita Extra-orçamentária	Despesas orçamentárias	Transferências à Prefeitura	Despesas Extra-orçamentárias	Saldo Contábil para o mês seguinte	Total das receitas até o período
R\$ 331.459,23	R\$ 250.620,26	R\$ 35.107,98	R\$ 175.175,86	R\$ ZERO	R\$ 35.278,85	R\$ 406.732,26	R\$ 617.187,47

Rendimento de Aplicações Financeiras e Ações: 0,00

Saldo Contábil Final: R\$ 406.732,76

Saldo Bancário: R\$ 406.732,76

Saldo Real na Conta: R\$ 406.732,76

OBS.: a contabilidade creditou e o banco não debitou R\$ 0,00 (zero reais);

III – GESTÃO DE PESSOAL

Total Geral de Servidores: 17 (dezessete)

Número de Servidores Efetivos: 05 (cinco)

Número de Servidores comissionados: 03 (três)

Número de Servidores contratados: 09 (nove)

Licença Maternidade: 00 (zero)

Licença para Tratar de Assuntos Pessoais: 00 (zero)

Servidores Inativos: 01 (um)

Servidores Efetivos em Função Gratificada: 00 (zero)

Total de Vereadores: 11 (onze)

Total de Estagiários: 0 (zero)

1 – Fecharam a Folha de Pagamento no mês de JUNHO DE 2024:

Trabalhando: 17(dezessete)

Licença Médica: 02 (duas)

Licença para Tratar de Assuntos Pessoais: 00 (zero)

Licença Prêmio: 00 (zero)

Exonerados: 00 (zero)

Estagiários: 00 (zero)

Férias: 00 (zero)

Auxilio doença / Acidente de Trabalho: 00 (zero)

Horas Extras trabalhadas: 132 horas

OBSERVAÇÕES:

A concessão de férias sucede o término do período aquisitivo, ou seja, ocorre no mês posterior ao fim do referido período.

- A contribuição previdenciária (patronal e do servidor) está sendo recolhida em tempo hábil e conferida pelo Controle Interno.

2 – Atendimento a Emenda Constitucional n° 25/2000 – (70% gastos com folha de pagamento):

Mês/Ano: JUNHO DE 2024.

Repasso: R\$ 250.620,26

70%: R\$ 175.434,18

Subsídios e Vencimentos de Vereadores e Servidores: R\$ 125.598,45

Saldo: R\$ 125.021,81

NOTA: O montante gasto com a folha de pagamento no mês de **JUNHO DE 2024** correspondeu a **50,11%** (cinquenta vírgula onze por cento) da receita recebida.

IV – GESTÃO DO ALMOXARIFADO E COMPRAS

1 – RESUMO DAS ATIVIDADES E COMPRAS

- ainda não existem instrumentos de aferição das quantidades de materiais que entram e saem do Almoxarifado, pela desnecessidade das mesmas (balanças, trenas, etc.), porém já foi comunicado por este controlador da necessidade de criar mecanismos internos para melhor fiscalizar o patrimônio da Câmara;

- O cadastro de fornecedores (registro cadastral) está em fase de implantação;

- Não existe cadastro de preços (Sistema de Registro de Preços);

- Despesas com água, energia, telefonia, correios, estão registradas neste relatório em espaços específicos.

As publicações mensais das compras estão sendo efetuadas no Portal da Transparência no Site da Câmara:

Material de Consumo no mês: **R\$ 2.989,27**

valor Empenhado no Período: **R\$ 2.989,27**

Valor Anulado: **R\$ 0,00**

Valor Liquidado no Período: **R\$ 2.989,27**

Valor Pago no Período: **R\$ 2.989,27**

Outros Serviços feitos no mês:

Valor Empenhado no Período: R\$ zero
Valor Anulado: R\$ zero
Valor Liquidado no Período: R\$ zero
Valor Pago no Período: R\$ zero

NOTA: A Câmara não possui setor de almoxarifado oficial. Já foi proposto por este Controle Interno à Mesa Diretora da Casa, Projeto de Resolução que dá nova organização administrativa à Câmara Municipal, onde há a previsão de estruturação do setor. Atualmente, tal função é desenvolvida, de forma básica, pelos servidores de cada setor.

Material Permanente Adquirido no mês:

Valor Empenhado no Período: R\$ 0,00
Valor Anulado: R\$ 0,00
Valor Liquidado no Período: R\$ 0,00
Valor Pago no Período: R\$ 0,00

V – GESTÃO DO PATRIMÔNIO

1 – Conferência do Balancete Patrimonial:

Resumo das Atividades Realizadas:

O setor responsável pelo patrimônio passou a implementar as medidas de controle necessárias, que abrange, em especial, o cadastro de todos os bens e sua identificação por meio de placas ou etiquetas, para viabilizar o inventário dos mesmos ao final do exercício. Será implantado, concomitantemente, o controle de movimentação dos bens entre os setores, com a respectiva emissão do termo de remessa e de responsabilidade para os bens móveis.

VI – GESTÃO DE CONTRATOS

1 – Resumo das Atividades Realizadas:

Por orientação do Controle Interno foi destituída a Comissão Permanente de Licitação, visto que os procedimentos licitatórios ocorrem basicamente no início de cada exercício fiscal, bem como com advento da nova lei das licitações - Lei nº 14.133/2021, que, além de estabelecer novas normas gerais de licitação e contratação para a administração pública e modificar leis correlatas, pois se encontra revogada a Lei 8.666/1993 e alterar o Código Penal, tornando-se desnecessário manter a comissão de forma permanente.

VII – GESTÃO CONTÁBIL E TESOURARIA

1 – Resumo das Atividades Realizadas:

- Os registros contábeis são efetuados tempestivamente;
- A emissão do Relatório de Gestão Fiscal e do Relatório Resumido da Execução Orçamentária é tempestiva, documentação comprobatória está correta;
- Os documentos da despesa são arquivados separados processualmente;
- Os recursos financeiros destinados a Câmara Municipal são contabilizados como receita orçamentária;
- A CMM se encontra apta a atender as normas de contabilidade pública exigidas pelo TCEES, conforme resolução TC nº 258/2013;
- A prestação de contas está sendo enviada ao TCEES bimestralmente, conforme Resolução TCEES nº 247/2012;
- Todos os pagamentos são feitos apenas pela Tesouraria, em cheques e/ou ordem bancária;
- Os pagamentos são feitos obedecendo à ordem cronológica;
- Os pagamentos por meio eletrônico possuem os comprovantes adequados;
- É realizada a conferência dos cheques emitidos e cancelados, pela responsável pelo setor de Tesouraria;
- Antes de se pagar o empenho, é conferido a sua liquidação e autorização para pagamento;

VIII – DIVERSOS

1 – PUBLICAÇÕES OFICIAIS

Mês/Ano	Publicações Oficiais	Tipo de Publicidade
JUNHO DE 2024	051/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	052/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	053/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	054/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	055/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	056/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	057/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	058/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	059/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	060/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	061/2024	fixação em mural
JUNHO DE 2024	062/2024	fixação em mural

2 – DESPESAS COM DIÁRIAS

Mês/ano: JUNHO DE 2024.

JUNHO DE 2024

R\$ 920,00

3 – CONTROLE DE DESPESAS COM VEÍCULO OFICIAL

A Câmara possui atualmente 02 (dois) veículos oficiais, sendo que referidos veículos possuem um rigoroso controle de gastos com combustíveis, conforme orientação da UCCI.

DESPESA COM PEÇAS E ACESSÓRIOS NO PERÍODO

Mês	Peças, Acessórios e outros	Total
JUNHO DE 2024	R\$ 448,00	R\$ 448,00

DESPESA COM COMBUSTÍVEL ATÉ O PERÍODO

Mês	Litros Utilizados	Valor Pago
JUNHO DE 2024		R\$ 1.740,36

4 – SISTEMA DE CONTROLE TELEFÔNICO

JUNHO DE 2024

OI	VIVO	CLARO S.A	Total
RS 353,38	RS ZERO	RS ZERO	R\$ 353,38

NOTA: A Câmara possui uma central, tipo PABX, a fim de aumentar o controle de uso e minimizar custos. Possui ainda uma linha de celular pós-pago da operadora Vivo, para uso da Presidência.

5 – SISTEMA DE CONTROLE COM ENERGIA

JUNHO DE 2024

ESCELSA	Total: R\$ 199,17
---------	--------------------------

6 – SISTEMA DE CONTROLE COM ÁGUA

JUNHO DE 2024

CESAN	Total: R\$ 73,36
-------	-------------------------

PARECER GERAL

Tomando por base as informações acima apresentadas, a Unidade Central de Controle Interno conclui que as atividades da Câmara Municipal de Mantenópolis estão em conformidade com as exigências legais e que algumas sugestões e/ou observações seguem destacadas como NOTAS.

Mantenópolis/ES, 04 de Junho de 2024.

Ingrid Monteiro Damasceno

Controle Interno CMM

CERTIDÃO

**CERTIFICA CONHECIMENTO DO
RELATÓRIO CONCLUSIVO RELATIVO
AO MÊS DE JUNHO DE 2024, EMITIDO
PELA UNIDADE CENTRAL DE
CONTROLE INTERNO DA CÂMARA
MUNICIPAL DE MANTENÓPOLIS.**

Eu, **JOSÉ PRATA FILHO**, Presidente da Câmara Municipal de Mantenópolis/ES, cumprindo o disposto na Constituição Federal, Lei Complementar n° 101/2000, e demais legislação correlata, **CERTIFICO**, para os devidos fins de comprovação, que recebi do responsável pela Unidade Central de Controle Interno da Câmara Municipal de Mantenópolis/ES, o **RELATÓRIO CONCLUSIVO** referente à Prestação de Contas Mensal de **JUNHO DE 2024**, emitido em atendimento a legislação em vigor, do qual confirmo ter tomado conhecimento das conclusões nele contidas, das quais não tenho nenhuma restrição a registrar.

Por ser verdade, firmo o presente em duas vias de igual teor e forma, para um só efeito.

Mantenópolis/ES, 04 de Junho de 2024.

JOSÉ PRATA FILHO
Presidente CMM